



A CONQUISTA DE CAIENA POR PORTUGAL EM 1808



Cel Claudio Moreira Bento

Historiador militar e também jornalista e ex- comandante do 4º Batalhão de Engenharia de Combate em Itajuba-MG 1981-1982 e um dos historiadores da Arma de Engenharia e da Academia Militar das Agulhas Negras .Presidente e Fundador da (ACANDHIS) e sócio benemerito do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil (IGHMB) e do Instituto Histórico e Geografico Brasileiro (IHGB) e integrou a Comissão de História do Exército do Estado-Maior do Exército. O autor e Aspirante a Oficial da Arma de Engenharia. declarado em 15 de fevereiro de 1955 Turma Aspirante Mega. Foi instrutor de História Militar na AMAN em 1978-1980.Fundou e preside desde 1º de Março de 1996 a Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB) desde então acolhida pela AMAN em suas instalações. Natural de Canguçu onde nasceu em 19 de outubro de 1931, entre as revoluções de 30 e 32 que empolgaram Canguçu.Estudou no Colegio N.S Aparecida 1938-1944, durante periodo que coincidiu com a 2ª Guerra Mundial.

Esta trabalho foi digitalizado para ser colocado em Livros e Plaquetas no site da FAHIMTB www.ahimtb.org.br e cópia impressa no acervo da FAHIMTB , doado a AMAN em Boletim Interno e em levantamento para integrá-lo no programa Pergamium de bibliotecas do Exercito

A CONQUISTA DE CAIENA POR PORTUGAL EM 1808

Antecedentes

Em 1637, o rei Felipe IV de Espanha e III de Portugal doou a capitania do Cabo do Norte (atual Amapá) a Bento Maciel Parente, então governador do Estado do Maranhão, por serviços militares prestados na expulsão de estrangeiros da entrada do rio Amazonas. Foram usados os jesuítas para consolidar a capitania do cabo Norte, os quais tinham suas bases de missões entre os rios Araguari e Oiapoque, cartografadas pelo Padre Conrado Pfeil.

Em 1640, foi desfeita a União das Coroas Ibéricas (1580/1640) e D. João IV, rei de Portugal, em 1665 reconheceu a patente de capitão-mor e senhor daquela capitania hereditária, de Bento Maciel.

Esta capitania ia do Cabo Norte, ao sul, ao Oiapoque, ao norte, com uma extensão de cerca de 40 léguas de litoral. Residia aí a origem da soberania luso-brasileira sobre o atual Amapá.

Os ingleses e franceses também voltaram para as Guianas, respeitando, de início, o limite com Portugal, ou seja, o Oiapoque.

Em 22 de maio de 1604, o inglês Charles Leigh tomou posse da margem esquerda do Oiapoque, onde estabeleceu uma colônia com 76 homens, chamada pelos índios de Caribote, que malogrou em 31 de maio de 1606.

Em 17 de maio de 1698, o inglês Robert Harcourt, com 60 homens, desembarcou na margem esquerda do Oiapoque, fundando nova colônia que também teve curta duração.

Os franceses, em 1633, com permissão do Cardeal Richelieu organizaram a Companhia do Cabo Norte ou Guiana na região entre os rios Maroni e Oiapoque, mas ela fracassou. Após a concessão a Bento Parente da Capitania do Cabo Norte foi estabelecida na área a 2ª Companhia do Cabo Norte, liderada por Jacob Bomtemps. Ele tinha a permissão de explorar as terras entre o Orenoco e o Amazonas. Mas dos 300 franceses que desembarcaram em Caiena, em novembro de 1643, poucos sobreviveram após um ano.

Em 29 de dezembro de 1652, a França organizou nova companhia. E 500 homens desembarcaram em Caiena, com permissão para ocupar toda a Guiana, do Orenoco ao Amazonas, em flagrante atentado à soberania de Portugal sobre o atual Amapá. Era a França Equinocial, tendo como principal acionista desta companhia o Secretário-Geral da Marinha da França.

Mas, em menos de um ano, cerca de 400 colonos franceses foram exterminados por doenças tropicais. Os poucos que restaram foram transportados para o atual Suriname por um navio holandês.

Em 1664, foi fundada Caiena, capital da Guiana Francesa.

Em 17 de novembro de 1678, a Espanha, pelo Tratado de Nimègue, cedeu à França seus supostos direitos sobre o Cabo do Norte (Amapá), anulando a concessão, em 1637, a Bento Maciel Parente. Então o Marquês de Ferrolles, governador da Guiana Francesa, por ordem de Luís XIV, e em plena paz com Portugal atacou o Forte de Cumau (Macapá) e o retomou aos franceses, restaurando a soberania luso-brasileira sobre o Amapá. Foi providencial esta retomada, assim consolidada em razão de, na Europa, a Liga de Augsburg: Inglaterra, Espanha, Holanda e Alemanha terem colocado um fim ao expansionismo do rei Luís XIV da França, o que teve efeitos diretos em nosso território no Amapá.

O Governador Antônio de Albuquerque reagiu, equipando expedições lideradas pelos

capitães Francisco de Souza e Souza Fundão, que retomaram as fortificações e aprisionaram os invasores e seu material de guerra e até uma bandeira, como troféu.

Mas os franceses pressionavam o Amapá através de missionários e de colonos escravizadores de índios e de pescadores autorizados por Caiena. E os luso-brasileiros, civis, militares e religiosos se opunham a estes intrusos aprisionando-os e devolvendo-os à Guiana.

Flotilhas de canoas foram construídas em Belém, consagrado ponto de irradiação luso-brasileira sobre o Cabo Norte (Amapá), como o foi Gurupá, centro irradiador da expansão luso-brasileira para o interior da bacia Amazônica e ponto de partida do Capitão Pedro Teixeira para a conquista da Amazônia em 1637, as quais, guarnecidas por soldados de Infantaria, policiavam a costa do Amapá, assegurando a soberania luso-brasileira.

Um dos resultados das decisões tomadas pela Liga de Augsburg foi a assinatura do Tratado Provisional, entre Portugal e França, em 1700. Tratado que, felizmente, teve curta duração. Por este Tratado, a França concordou em neutralizar a capitania do Cabo do Norte (Amapá). Portugal teria de abandonar e demolir os fortes, construídos no atual Amapá. O Rei D. Pedro II assinou-o, sob pressão de ameaças de Luís XIV, com sérios prejuízos à nossa integridade territorial. Curta seria a duração.

Em 11 de abril de 1713, foi assinado o Tratado de Utrecht, entre Portugal e França que, pelo artigo IX, anulou o Provisional de 1700. Os franceses pressionaram, mas em 1713 a fronteira foi declarada como sendo no Oiapoque.

Expedições militares, em 1723 e 1728, foram até o Oiapoque, comandadas pelos capitães João Paes do Amaral, Diogo Pinto Gavier Botero e Francisco de Melo Palheta, para localizarem os marcos de pedra balisadores de fronteira, os quais os franceses destruíram para confundir.

Houve forte tensão militar, e Portugal acabou afirmando a fronteira no Oiapoque. A França renunciou, pelo artigo VII, a todas as suas pretensões no Cabo do Norte (atual Amapá), situadas entre o Amazonas e o Oiapoque. E reconheceu a posse plena do Amapá por luso-brasileiros.

Em fevereiro de 1727, o Governador-Geral do Estado do Maranhão enviou reclamação a Claude D'Orvilliers, governador da Guiana Francesa, exigindo observância do Tratado de Utrecht, constantemente violado pelos franceses, que traficavam índios em terras sob controle de Portugal.

Seguiu-se um período de calma, até o advento da Revolução Francesa, em 1789, ocasião em que D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho, Governador do Pará, projetou a conquista da Guiana Francesa, mas o projeto não foi aprovado por Portugal.

Pombal havia ampliado a Fortaleza de São José de Macapá, guarnecendo-a com 62 canhões e com um Regimento de Infantaria.

Mas a idéia do Governador do Pará foi posta em prática em 1808 pelo Conde de Linhares, seu irmão, e nosso Primeiro-Ministro da Guerra do Brasil, hoje com Museu Militar em sua memória em São Cristóvão, no Rio de Janeiro, como organizador de nossa estrutura militar.

Após uma série de lutas desenroladas na Europa, inclusive na península ibérica, onde Portugal se aliara à Espanha para uma frustrada incursão em território francês, houve uma mudança de posição do governo espanhol em favor da França.

Em 27 de março de 1802, a Grã-Bretanha, que combatia os franceses, assinou um tratado de paz com a França e seus aliados (Espanha e República Batava). Esse tratado, firmado em Amiens, fixava a fronteira pelo rio Araguari, para delimitar os territórios do Brasil e da Guiana Francesa. Portugal, ausente, não aderiu a estas resoluções do Tratado de Amiens.

A Conquista de Caiena por Portugal

Com a invasão da península ibérica pelos franceses, e a entrada do General Junot em Lisboa, o governo português emigrou para o Brasil, de onde continuou a governar Portugal e seu Império Ultramarino.

Em 22 de janeiro de 1808, aportou na Bahia a maior parte da esquadra, trazendo a Família Real, a corte e o governo.

Uma das primeiras medidas do príncipe-regente D. João foi ordenar a conquista de Caiena, não só como represália à França, mas para fixar em definitivo os limites do Brasil no rio Oiapoque. Declarou nulos os tratados anteriores impostos pela força das armas e ordenou a expulsão das tropas francesas de Caiena.

A organização da expedição coube ao Tenente-General José Narciso de Magalhães de Menezes, Governador e Capitão-General da capitania do Grão-Pará e Rio Negro (atuais Amazonas, Pará, Acre, Rondônia e Roraima).

A expedição foi formada basicamente por brasileiros, mas também com oficiais e praças ingleses e portugueses.

Seu objetivo militar, segundo proclamação de seu comandante, ficou bem claro em 1º de outubro de 1808:

“Se pretende estabelecer outra vez os limites no rio Oiapoque, ou rio de Vicente Pinzon, barreira original da América Portuguesa, ao norte do Equador, marcada com os antigos padrões, firmados com a posse útil daqueles territórios e já nos primeiros tempos cultivados por vassallos portugueses e depois solenemente ratificados com a cessão e garante do Tratado de Utrecht”.

Organização da Força Expedicionária

A força terrestre foi comandada pelo Tenente-Coronel Manoel Marques d'Elvas. Foi constituída por duas companhias de Granadeiros dos 1º e 3º Regimentos de Linha, duas companhias de Caçadores dos 1º e 3º Regimentos de Linha e 1 companhia de Artilharia.

A 3 de dezembro de 1808, ela deixou o Pará. E chegou à baía do Oiapoque, onde as tropas expedicionárias desembarcaram e ocuparam posição na sua margem esquerda. A força naval era constituída pela corveta inglesa Confiance (20 bocas de fogo), sendo comandante o Capitão-de-Mar-e-Guerra James Lucas Yeo; pelos brigues Voador e Infante D. Pedro; pela escuna General Magalhães (12 canhões), pelos cuters Vingança e Leão (oito canhões cada) e por três barcos-transporte.

Integravam a expedição cariocas, fluminenses, paulistas, mineiros e um contingente de soldados paraenses.

Os combates

Não houve resistência no desembarque da Expedição, que marchou ao encontro do inimigo.

Em 15 de dezembro, combateram com o fortim Apronague, que foi conquistado, depois de breve combate, pelos CMG Lucas Yeo e CT Luís da Cunha Moreira.

Prosseguindo nas ações, em 7 de janeiro de 1809, o CMG Lucas Yeo e o Major Joaquim Manuel Pinto desembarcaram, às 0300 horas da madrugada, na costa oriental da ilha de

Caiena, na entrada do Mahuri.

Após este desembarque naquela região, o CMG Lucas Yeo, à frente de 80 ingleses e 80 brasileiros, depois de vigorosos combates, apoderou-se da bateria do barco Diamant, com 3 peças, cujo comandante, Capitão Chevreuil, morreu na ação.

O Major Joaquim Manuel Pinto, com 140 luso-brasileiros, em violenta luta, conquistou a bateria de Degras-des-Cannes.

Terminado o confronto, o comandante da Expedição, Manuel Marques, desembarcou à frente de 350 luso-brasileiros e atacou a bateria Trió.

Finalmente, às 1800 horas, nossa Infantaria ficou dona da praça, na entrada da Crique-Fouille e de outra bateria no canal Torcy.

Às 1900 horas, o comandante Marques de Souza repeliu um contra ataque francês, dirigido por Victor Hughes, governador da Guiana.

No dia seguinte, 8 de janeiro de 1809, prosseguiu o combate. Os franceses, manobrando à noite, ocuparam uma posição junto ao canal Torcy. Coube ao comandante Yeo, com 80 marinheiros ingleses e 100 soldados luso-brasileiros, travar nova luta, desalojando-os da posição, e apoderando-se de duas peças de Artilharia de Campanha.

A capitulação e entrada em Caiena

A expedição marchou para Legrand Beau-Regard em 9 de janeiro de 1809. No dia 10, foi enviado um parlamentar ao governador da Guiana, Hughes. E este fez um pedido de trégua, por 24 horas, e indicou lugar onde pudesse solicitar explicações e fazer sua proposta.

Em 12 de janeiro, foi assinada a capitulação em Bourda (ilha de Caiena), entre o Tenente-Coronel Manuel Marques e o comandante James Lucas Yeo, comandantes das forças aliadas de terra e mar, do Brasil e da Grã-Bretanha, e Victor Hughes, governador de Caiena.

Foi ajustada a entrega da Guiana Francesa ao príncipe-regente D. João, sendo concedidas à guarnição francesa de Caiena as honras de guerra e seu transporte até à França.

As tropas luso-brasileiras e inglesas entraram em Caiena em 14 de janeiro de 1809.

O Tenente-Coronel Manuel Marques, em carta-relatório ao Governador do Pará escreveu:

“O artigo 1.º (da Capitulação) foi exatamente cumprido no dia 14, em que entrei com a minha tropa nesta cidade e fiz arvorar a nossa bandeira, solenizando este ato com uma salva de 21 tiros.

A tropa francesa embarcou logo para bordo das nossas pequenas embarcações, e são ao todo 593 homens.

E para se dar cumprimento aos artigos 2º e 3º, faz-se preciso que V. Exa. envie aqui as embarcações competentes.

Os negros, a quem se devia a liberdade, também embarcaram. Achou-se na praça muita Artilharia, porém quase toda desmontada e muito pouca munição de guerra. Fico inventariando todos os diferentes artigos que nos vieram à mão.

Sendo necessário velar pela segurança interior, política e pela tranqüilidade da Colônia, e não tendo a quem encarregasse destas importantes comissões, organizei uma Junta Provisória, como verá, composta de 8 dos principais habitantes (da Guiana), cuja constituição, deveres e condições verá V. Exa. na Ordenança n.º 7, pela qual a instituí e a criei...”

Vitória final

Com a conquista de Caiena, o embarque dos franceses para a Europa e com a plena posse de toda a Guiana, estava encerrada a parte militar do período.

Destaque-se o desempenho em ação de nossos combatentes. O episódio serviu não só para testá-los, como também para impor nossa soberania diante de soldados de uma das maiores potências militares da época.

Foi mais uma página de valor e glória, escrita na História Militar do Brasil.

Este ato de guerra firmou a soberania e o limite norte do Brasil no rio Oiapoque, além de hostilizar a França, invasora de Portugal, forçando a vinda, para o Brasil, da família real, da corte e do governo.

O primeiro acerto entre as potências, após a conquista de Caiena, fez-se por ocasião da assinatura do ato final do Congresso de Viena, em 9 de junho de 1815.

O Barão do Rio Branco escreveu em suas Efemérides Brasileiras:

“O artigo 107 tratava nos seguintes termos a restituição da Guiana Francesa, conquistada em 1809 por Portugal:

Sua Alteza Real, o Príncipe-Regente do Reino de Portugal e do Brasil, para com Sua consideração particular para com Sua Majestade Cristianíssima, obriga-se a restituir a Guiana Francesa até o rio Oiapoque”.

Era mais uma afirmação da soberania do Brasil sobre a atual Amapá.

A Guiana foi devolvida à França em 1817, depois de nove anos sob domínio de Portugal.

Mas a pendência continuaria até 1900 quando, por laudo arbitral, foi definido o Amapá como território brasileiro.

Como se conclui, o Amapá, de igual forma que o Rio Grande do Sul, se constituiu em fronteiras do Vai e Vem, pelas oscilações de seus limites, fruto de disputas diplomáticas e militares, felizmente vencidas por Portugal e depois pelo Brasil e para as quais concorreram os soldados luso-brasileiros e depois brasileiros.

Os portugueses travaram luta épica, no atual Amapá, contra os estrangeiros e índios e contra a natureza hostil do local, em especial a sua insalubridade.

A região era encharcada pelas águas dos inúmeros lagos da bacia do Araguari e de outros rios, o que a tornava impraticável no inverno. Mas a orientação estratégica de Portugal foi manter o Amapá a todo o custo.

Nesta tarefa distinguiram-se dois soldados e grandes governantes da Amazônia: Gomes Freire de Andrade e Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho.

Gomes Freire fez Portugal visualizar a importância estratégica militar do Amapá. Antônio Albuquerque viajou pelo Amapá mais de uma vez e desfechou uma ofensiva contra os franceses, os índios hostis e o meio ambiente hostil do Amapá.

A saga da definição do destino brasileiro do Amapá é relatada com minúcias e circunstâncias, com apoio em fontes brasileiras e francesas, pelo já falecido historiador Sílvio Meira na obra *Fronteiras Setentrionais - 3 séculos de lutas no Amapá*. (São Paulo, SUP, 1989), na qual prestou grande contribuição à História Militar Terrestre do Brasil.